

Governo do Ceará distribui 100 mil peixes em Icó

A meta é contemplar os 184 municípios do estado em 2025

Os reservatórios de Icó estão recebendo 250 mil alevinos por meio do programa Peixamento, uma iniciativa do Governo do Ceará que busca fortalecer a pesca artesanal e garantir segurança alimentar para as comunidades locais.

Na última segunda foram entregues 100 mil alevinos no Açude Lima Campos, beneficiando diretamente os pescadores da região.

O investimento do Estado no Peixamento já soma mais de R\$ 11 milhões entre 2023 e 2025. A meta para este ano é atender os 184 municípios cearenses, com a distribuição de 17 milhões de alevinos até agosto. “Soltamos 100 mil alevinos para que, em pouco tempo, os pescadores tenham o que pescar. Ainda temos mais 150 mil para os açudes de Icó”, destacou Oriel Filho, secretário da Pesca e Aquicultura do Ceará.

Antônio Muniz, 75 anos, presidente da Colônia de Pescadores de Lima Campos, conhece de perto os desafios da profissão. Nascido em Apodi (RN), ele chegou a Icó em 1968, fixou residência e viu o cenário da pesca se transformar. “Todo mundo aqui vive disso, pescando. Recentemente, muita



Helene Santos - Casa Civil

Mais de 17 milhões de alevinos serão distribuídos até agosto

coisa melhorou. Com o Peixamento, nunca mais faltou peixe. Nossa colônia foi fundada em 1995 e completa 30 anos neste ano. Antes, não recebíamos nenhum anzol. Agora, já tivemos entrega de canoas, linhas e outros materiais para os pescadores”, ressaltou.

O programa do Governo do Estado, coordenado pela Secretaria da Pesca e Aquicultura, tem o objetivo de repovoar rios, lagos, represas e açudes com espécies de peixes nativas ou adaptadas ao ecossistema local. Além de garantir a manutenção da atividade pesqueira, o Peixamento contribui para a segurança alimentar e geração de renda para milhares de famílias cearenses.

Casados e atuando na pesca há anos, Flávia Vicente, 40, e José Barbosa, 45, reforçam a importância do reservatório para a comunidade. “Quando o açude está cheio, conseguimos pescar o suficiente para sustentar nossa família e ainda vender. Quando está seco, precisamos encontrar outra forma de renda. Graças a Deus por essa chuva e pelo Peixamento”, comemorou Flávia.

O pescado obtido pelos trabalhadores não apenas abastece as famílias locais, mas também é comercializado para programas institucionais, como a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), garantindo refeições ricas em

proteínas para crianças da rede pública de ensino.

Adão Ribeiro, 58, empreendedor da região, vê o impacto da pesca também no turismo. Nascido às margens do Açude Lima Campos, ele hoje é dono de um complexo de lazer que atrai moradores e visitantes. “Isso aqui fica lotado no fim de semana. O açude é nossa fonte de renda, e esse apoio do Governo é essencial para todos nós”, pontuou.

Além do Peixamento, a Secretaria da Pesca e Aquicultura desenvolve outros projetos voltados à melhoria das condições dos trabalhadores do setor na região. Um deles é o FortPesca, que distribui kits do projeto de Fortalecimento da Renda e forma de Trabalho para a Pesca Artesanal.

CORREIO OPINIÃO



Isac Nóbrega/PR

As sanções são um alerta ao Direito Internacional

O conflito entre Trump e o Tribunal Penal Internacional que põe em xeque a punição para crimes contra a humanidade

Por Dra. Celeste Leite dos Santos e Dra. Luciana Sabbatine Neves*

As recentes sanções impostas pelos Estados Unidos da América (EUA) ao Tribunal Penal Internacional (TPI), que tem a prerrogativa de processar acusados de crimes contra a humanidade, ampliaram as tensões entre a potência mundial e a Corte criminal.

Importante voltar ao tempo e lembrar que os Estados Unidos se retiraram do TPI na gestão do então presidente George W. Bush (2001/2009). Na época, o republicano promulgou uma lei que proíbe a cooperação daquele país com o Tribunal Penal e concede poder ao chefe do Executivo Nacional - inclusive, para utilizar todos os meios necessários que impeçam que seus cidadãos sejam julgados pela Corte criminal.

Desde então, a relação com o Tribunal em tela oscila. A gestão do democrata Barack Obama (2009/2017) retomou a cooperação. Porém, a hostilidade retornou no primeiro mandato de Donald Trump (2017/2021), do Partido Republicano, que, de volta ao poder, em 2025, para uma nova gestão, mira suas baterias e a bandeira dos Estados Unidos contra a Corte mundial.

Estabelecido em 1998, na Conferência de Roma, e em vigor desde 2002, o TPI é o primeiro Tribunal permanente com jurisdição para processar pessoas por crimes contra a humanidade, delitos de guerra, e genocídios - só para citar algumas possibilidades. Trata-se de uma instituição independente, de substancial importância na luta contra a impunidade e na busca por justiça por parte de vítimas que tiveram de forma grave violados os seus direitos.

Desde sua criação, o órgão se vê diante de desafios, como a falta de cooperação de algumas nações, a dificuldade em garantir a execução de suas decisões e a necessidade de ampliar sua representatividade. Enfrenta, ainda, a resistência de algumas nações, como é o caso dos Estados Unidos, que, agora, adotam medidas coercitivas contra a instituição.

A comunidade internacional expressou sua inquietação diante da escalada de Trump

contra a Corte. Uma declaração conjunta, chancelada por 79 países, incluindo Alemanha, Canadá, Reino Unido e França, alertou que “as sanções aumentam o risco de impunidade para os crimes mais graves e ameaçam minar o Estado de Direito internacional”. Líderes da União Europeia (UE) também criticaram as ações dos Estados Unidos e defenderam o TPI.

As sanções à esta Corte são um alerta sobre os riscos do abandono do multilateralismo e as limitações do campo de ação e da influência do Direito Internacional num momento em que a cooperação global é essencial. E, mais: ameaça a independência e a eficácia das ações do Tribunal e podem desencorajar futuras investigações, criar um ambiente de impunidade para perpetradores de crimes, além de comprometer a segurança de vítimas e de testemunhas.

A solução para este cenário complexo - de um lado, o Tribunal Penal e seus desafios, e, de outro, as investidas contrárias e extremistas por parte do governo Trump — não passa por sanções e intimidação, mas, sim, por diálogo e por reformas institucionais, mas, sobretudo, por entendimento entre as nações. A luta por justiça, afinal, não pode ser travada de forma isolada - ela exige solidariedade, engajamento e um compromisso inabalável e genuíno com os princípios do Direito Internacional e da dignidade humana.

***Dra. Celeste Leite dos Santos é presidente do Instituto Brasileiro de Atenção Integral à Vítima (Pró-Vítima); promotora de Justiça em Último Grau do Colégio Recursal do Ministério Público (MP) de São Paulo; doutora em Direito Civil; mestre em Direito Penal; e idealizadora do Estatuto da Vítima.**

***Dra. Luciana Sabbatine Neves é advogada; doutoranda em Direito Público; mestre em Direitos Humanos; coordenadora geral do Projeto Humanitas - Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Guarulhos-SP; e embaixadora e conselheira do Instituto Pró-Vítima.**



Apartamentos exclusivos e completos para long stay em Ipanema com a comodidade de ter serviços de um hotel à sua disposição.



R. Francisco Otaviano, 155 - Ipanema, Rio de Janeiro - RJ